

INTERNACIONAL



Esta seção trata dos ataques especulativos que voltaram a ocorrer na Turquia dezessete anos depois, com reflexos na economia do Brasil e de outros países em desenvolvimento. Analisa também o Programa de Recuperação Econômica, Crescimento e Prosperidade proposto por Maduro na Venezuela, a perseguição política a Cristina Kirchner na Argentina e a condenação de dois homens ligados ao atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, por crimes relacionados à campanha eleitoral de 2016.

Ataques especulativos afetam Turquia

A Turquia e a Argentina passaram por momentos econômicos muito difíceis em 2001 e o Brasil em 2002 devido à desvalorização de suas moedas, provocada por ataques especulativos que tiveram desdobramentos políticos relevantes. No primeiro caso com a eleição do conservador Recep Tayep Erdogan e seu Partido da Justiça no ano seguinte. E, no segundo a queda do presidente Fernando de la Rúa, seguida por profunda crise política, que somente foi superada após vários mandatos presidenciais peronistas muito curtos e pela eleição de Nestor Kirchner em 2003. No Brasil, o custo da desvalorização do Real levou o já desgastado governo FHC a pedir um empréstimo de trinta bilhões de dólares para o FMI e a eleição no mesmo ano deu a vitória à oposição, representada pela candidatura presidencial de Lula.

Entretanto, ataques semelhantes voltaram a ocorrer agora, dezessete anos depois, nos mesmos paí-

ses, e provocaram rápida e profunda desvalorização da lira turca e do peso argentino, além de afetar o real brasileiro e também ameaçar as moedas de outros países em desenvolvimento.

Embora os distúrbios financeiros normalmente sejam justificados pela imprensa como “preocupações do mercado” diante de possíveis mudanças políticas ou para forçar a aprovação de reformas que não ocorreram da maneira esperada, os ataques se realizam com maior probabilidade quando há uma conjunção de fatores que os favoreçam, como o aumento da taxa de juros em países desenvolvidos que oferece maior segurança de ganhos aos especuladores, bem como o câmbio flutuante, a redução das reservas externas e a proximidade do vencimento de títulos públicos que requerem novos investimentos nos países atacados.

Os ataques se baseiam na “lei da oferta e da procura” e, quando os especuladores deixam de oferecer a moeda forte como o dólar estadunidense,

ele se torna mais caro para um governo adquiri-lo. Assim, a moeda local se desvaloriza, aumentando o valor das dívidas, públicas e privadas e dos produtos referenciados em moeda externa, podendo inclusive acelerar o aumento das taxas de inflação que usualmente são enfrentadas por meio da ampliação das taxas de juros que, por sua vez, adiciona mais um elemento à crise.

Neste momento, o real brasileiro é uma das moedas que mais se desvalorizaram desde janeiro de 2018, 15,2%, um pouco menos do que a lira turca (15,6%) e o peso argentino (24,4%). A desculpa midiática é a incerteza sobre a continuidade das reformas neoliberais de Temer e se haverá ajuste fiscal no próximo governo. Porém, a realidade é que quem trocou reais por dólares a 3,50 reais agora pode vendê-los a 4,03. Ou seja, faturando uma diferença de 53 centavos por dólar. E, quando se trata de especulação, isso envolve milhões. Para cada um milhão de dólares comprados em janeiro por 3,5 milhões de reais, estes podem ser vendidos agora por 4,03 milhões, com um ganho de 530 mil sem nenhum esforço maior. Quem paga esse lucro? O Estado e seus contribuintes, sejam brasileiros, turcos ou argentinos. Ou seja, os ataques especulativos não têm nada a ver com expectativas eleitorais e sim com o ganho fácil. No nosso caso, o risco só não é maior graças às reservas cambiais de 380 bilhões de dólares acumulados nos governos Lula e Dilma.

O novo plano econômico da Venezuela

Segundo o FMI, a taxa de inflação na Venezuela se aproximava de 1.000.000% neste ano de 2018. Seja quanto fosse, a realidade é que estava alta e fora de controle por uma série de razões, entre elas a dependência do país em relação às exportações de petróleo, responsável por 95% das divisas, as sanções econômicas aplicadas pelos Estados Unidos, a especulação com a moeda atrelada a um câmbio fixo e a guerra econômica interna entre o governo e o setor privado do país que provocaram altas incontroladas de preços e desabastecimento.

Para responder a esta situação, o governo do presidente Nicolás Maduro acabou de propor o “Programa de Recuperação Econômica, Crescimento e Prosperidade” que, ao menos por enquanto, se

fundamenta em três premissas: recuperar o valor e a estabilidade da moeda venezuelana, estabilizar os preços e aumentar a renda da população.

Para tanto, foram implementadas as seguintes medidas:

- Criação de uma nova moeda chamada “Bolívar Soberano”, com corte de cinco zeros e ancorado numa “Criptomoeda” de referência, o “Petro”, por sua vez lastreada nas reservas de petróleo da Venezuela na base de sessenta dólares, equivalente a 3.600 B.S., um valor próximo ao de um barril de petróleo. O princípio desta moeda de referência se assemelha à Unidade de Referência de Valor (URV) utilizada na transição do “Cruzeiro Real” para o “Real”, em 1994, quando a URV equivalia a um dólar estadunidense.

- Liberação do câmbio e abertura de trezentas casas de câmbio como forma de reduzir a disparidade entre seu valor oficial e o mercado paralelo.

- Aumento do salário mínimo em 35 vezes, sendo que o Estado subsidiará as pequenas e médias empresas durante noventa dias para que cumpram este quesito, visando recuperar a renda da população.

- Alinhamento dos preços internos com o mercado internacional, inclusive da gasolina, a mais barata do mundo, sendo que as pessoas que possuem automóvel podem se cadastrar e obter o “Carnê da Pátria” para continuar a receber um subsídio do governo para adquirir o combustível. Desta forma, pretende-se coibir o contrabando de gasolina para os países vizinhos que gera um rombo anual de deztoito bilhões de dólares. E o subsídio visa evitar o trauma de 1989, quando o governo do presidente Carlos Andrés Perez, por orientação do FMI, extinguiu o subsídio aos combustíveis, o que provocou uma grande revolta popular conhecida como “Caracazo”, reprimida pelas forças armadas ao custo de centenas de mortos.

Os analistas neoliberais apostam no fracasso do programa mas este aparenta ser consistente, pelo menos no curto prazo. No entanto, a possibilidade de tornar a economia venezuelana mais sustentável no médio e longo prazos depende de o governo dispor-se a adotar medidas para diversificá-la e conseguir o apoio imediato da população para implementar a contento as novas medidas.

Cristina Kirchner: vítima de perseguição política

Na Argentina castigada pelo (des)governo de Mauricio Macri, chefe da coalizão política “Cambiamos”, o Poder Executivo e setores do Poder Judiciário estão fazendo tudo para desviar a atenção da população do desastre provocado pela aplicação do projeto neoliberal no país. A mais recente iniciativa utilizada é a perseguição política que está assediando a ex-presidenta e atual senadora por Buenos Aires, Cristina Kirchner.

O movimento de perseguição prossegue com uma investigação baseada nos chamados “cadernos K” e a detenção de vários ex-integrantes dos governos de Cristina e do seu ex-marido, Nestor Kirchner. Nestes papéis, que somam cópias de oito cadernos, um motorista ligado ao ministério de obras públicas durante estes governos teria relatado os supostos esquemas de corrupção que diz ter presenciado durante dez anos.

O rebuliço gerado por esta denúncia já está sendo chamado de “lava jato argentina” e as semelhanças com o que acontece no Brasil, em particular sua instrumentalização política, realmente são grandes. Em primeiro lugar, a tentativa de corroer o legado positivo dos governos Kirchner, com uma narrativa de corrupção de governos progressistas que muito fizeram pelo país e pela população.

Também se tenta instigar a população contra a ex-presidenta por meio da mídia, que apoia o modelo neoliberal proposto por Macri e do Judiciário que, no caso argentino, já tem seu próprio Moro, o juiz Bonadio, igualmente parcial e manipulador, ao mesmo tempo em que desvia o foco da sociedade do desastre que é o atual governo.

Além disso, os tais cadernos, usados como provas, têm origem duvidosa. Foram apresentados em cópias xerocadas, pois os originais teriam sido queimados, e foram entregues pela ex-esposa do motorista que supostamente os escreveu a um jornalista conservador que levou o material para o Poder Judiciário, a fim de proporcionar uma investigação “isenta”. O dito motorista possui baixo grau de instrução mas, apesar disso, sua escrita foi feita num espanhol impecável. Os cadernos possuem a data de 2016, mas os relatos teriam sido feitos ano a ano durante os governos de Cristina, princi-

palmente, que, no entanto, se iniciaram em 2007!

Cristina compareceu no dia 13 de agosto para depor sobre o caso no Tribunal de Buenos Aires. Em sua defesa, denunciou a perseguição política que está vivendo e entregou a Bonadio uma carta pedindo a nulidade do processo, o que o juiz não concedeu. Em 23 de agosto, após votação no Senado em que a própria Cristina votou a favor, foram realizadas buscas nos imóveis dela.

O país passa por um período turbulento, com uma crise econômica gravíssima que desembocou em inflação batendo os 30%, desvalorização brusca do peso argentino e um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para conseguir um empréstimo de trinta bilhões de dólares. Esses fatos abalaram a popularidade de Macri e de seu projeto e, além disso, descobriu-se recentemente um banco de dados que mostra mais de três mil falsas doações à campanha do Cambiamos em 2015.

Se juntarmos os fatos, não é difícil perceber as relações entre, de um lado, Macri perdendo apoio e, de outro, sua necessidade de desconstruir Cristina Kirchner, uma vez que a atual senadora já desponha como favorita para as eleições presidenciais de 2019. Qualquer semelhança com o Brasil não é mera coincidência.

Assessores de Trump são julgados e condenados

Dois homens ligados ao atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foram julgados e condenados por crimes relacionados à campanha eleitoral de 2016, da qual o republicano saiu vitorioso contra a candidata dos Democratas, Hillary Clinton. O julgamento de Michael Cohen, seu ex-advogado, e do ex-chefe de campanha, Paul Manafort, ocorreu em 21 de agosto, que já pode ser considerado um dos piores dias para a estabilidade e popularidade do governo.

A trajetória de Trump na presidência tem sido marcada por suspeitas do envolvimento dele e de seus assessores com a Rússia. As acusações dizem que foram hackers russos, em conluio com membros da campanha de Trump, que acessaram e expuseram documentos do comitê dos Democratas. As investigações, que estão sendo encabeçadas pelo procu-

rador especial Robert Mueller, já indiciaram mais de trinta pessoas e três empresas e os casos de Cohen e Manafort estão indiretamente ligados a elas.

A principal condenação e a que pode impactar negativamente a imagem do republicano de imediato é a de Cohen. Ele admitiu que, a mando de um “candidato federal” em 2016, comprou o silêncio de duas mulheres que poderiam expor escândalo sexual envolvendo o nome de Trump.

Ainda, segundo a acusação, o dinheiro gasto teria sido reembolsado pela Organização Trump. Se for comprovado que o pagamento às mulheres foi feito em período de campanha, irá configurar um crime eleitoral. Cohen disse ainda que teria informações para entregar às autoridades sobre o que chamou de “uma conspiração para corromper a democracia americana pelos russos”.

Manafort foi acusado de dezoito crimes e condenado por oito destes, sendo a maioria de fraude fiscal. O que poderá ser aprofundado por Mueller para ligar o ex-chefe de campanha com um possível

envolvimento com os russos é o fato de que, entre as acusações, existe uma relacionada a sonegação de impostos por honorários recebidos como consultor de clientes da Ucrânia, e uma das pessoas para as quais Manafort prestou serviço foi Viktor Yanukovich, ex-presidente da Ucrânia e próximo a Vladimir Putin.

Ainda que o envolvimento de Trump nesses casos não esteja claro, muito menos comprovado, a condenação de homens tão próximos a ele pode afetar sua popularidade e a estabilidade do seu governo. Em novembro ocorrerão as eleições legislativas nos Estados Unidos e, atualmente, os republicanos são maioria nas casas do Legislativo, porém, segundo pesquisas, isso poderá mudar a favor dos democratas, embora dificilmente alcancem dois terços das cadeiras no Senado, necessários para aprovar um impeachment, apesar de os rumores sobre esta hipótese aumentarem. Já se compara o que está acontecendo hoje com o escândalo de Watergate que nos anos 1970 levou à renúncia de outro republicano, Richard Nixon.